



A naturalização do racismo e a espacialidade dos corpos pretos no Brasil

Rachel Cabral
Nilton Abranches

O Brasil foi forjado por meio do colonialismo europeu impulsionado e autorizado pela expansão do cristianismo e da escravidão mercantil racializada. É fruto do esquiteamento do continente africano feito por invasores, assassinos e saqueadores europeus que sequestraram cerca de seis milhões de mulheres e homens de diferentes status sociais, territórios, e idades. Foram desterritorializados forçosamente de seus reinos onde tinham seus hábitos/costumes e tradições e mitos para as terras usurpadas das populações indígenas para alimentar, estruturar [o sistema-mundo moderno-colonial](#) para abastecer o mercado externo: a Europa.

Vale lembrar que terras essas eram há milênios habitadas por esses seres humanos não europeus. Então os usurpadores se autoproclamaram “descobridores” das terras ocupadas para iniciar o processo de *plantations* nessa terra agora colonizada. Tudo isso a base da destituição de suas humanidades nas quais os africanos e africanas foram coisificados em corpos-colônia, corpos-objeto, corpos-moeda, corpos-mercadorias, [a cripta viva do capital](#). A colonização física e psicológica os diversos grupos étnicos africanos com fins de exploração da mão de obra foi a base para acumulação primitiva do capital, os corpos negros escravizados foram a primeira mercadoria internacional, inaugurando outra forma de ganhar com esse fluxo de corpos-mercadoria, os corpos de africanos e africanas, que produziram mais mercadorias, o rapto mercantil do tráfico negreiro pelo atlântico alicerçado pelo racismo de exploração, de explorar até a morte.

A engenharia do processo colonial, através da intimidação do terror e da violência própria do regime escravocrata, é um mundo compartimentado em duas realidades opostas: dos [colonizadores e dos colonizados](#). Se apresenta como um sistema de dominação que fez o colonizado aceitar tal posição convertendo o dominado em participante da sua própria opressão sustentado pelos sistemas de hierarquia e exploração. O que [fragmenta o mundo e cria hierarquia](#) é a [tal da raça](#). Essa categoria é a causa do ato de coisificação, fundamental para engrenagem do sistema de acumulação



capitalista em que por quase quatro séculos as populações africanas escravizadas serviram como mão de obra principal para a geração da riqueza desta nação, resultado da opressão racial que anulou de todas as formas a propalação dos valores dos dominados como sujeitos históricos.

A tal raça, baseada em pressupostos de legitimidade religiosa cristã e pela classificação de seres humanos, submeteu mais de trezentos milhões de mulheres e homens originários do continente africano à desumanização e ao holocausto da escravatura mercantil europeia. Esse desastre colonial descarrilhou o progresso do continente africano como também expropriou o destino da vida dessa população fundamentado no processo de violência latente ao enfraquecimento da potência existencial dos povos, ou seja, a ação do racismo colonial, segundo o Teólogo Jayro Pereira de Jesus acarreta na desontologização dos sujeitos.

Quando os sequestradores forçavam aos africanos escravizados, em um ritual de despedida da terra mãe, a dar voltas em torno da “árvore do esquecimento” (na costa do Benin) para que fossem apagadas suas memórias, suas divindades, suas memórias geográficas. Esse mecanismo de esquecimento eram uma das formas de apagar/anular saberes e a suas formas de ser e estar no mundo, é [epistemicídio](#), ou seja é a política do esquecimento. Formas de assassinar, invisibilizar o modo negro-africano de saber, de ser, de estar e de agir no mundo.

O epistemicídio redesenhou o olhar diante ao continente africano quando destruiu a historicidade da origem da humanidade e eliminou o protagonismo dos povos africanos no cenário mundial. A história deste continente de mais de 70 mil anos foi sistematicamente ocultada, a memória da humanidade passou a ser colonizada pelo racismo. Inferiorizado pela Europa para que pudesse manter a sua suposta superioridade, se auto-definindo como agentes da história, destruindo todo e qualquer sistema de referência com muita brutalidade e terror para que se tornasse a única referência, a universal, definindo assim a geopolítica do conhecimento.

A tal raça, essa categoria inventada para fins de dominação e quem tem efeito histórico devastador para humanidade, se constitui então enquanto um dispositivo de poder: O racismo é fundamental para estruturar o sistema de produção, regular as relações sociais interceccionando múltiplas hierarquias e se reproduz nessas relações, criando uma série de mecanismos de poder dentro da lógica capitalista. Dessa forma



estrutura os projetos de sociedade, informa o desejo (sentido) de nacionalidade e identidade nacional, ou seja, o racismo se apresenta como sendo a base para formulações políticas. O geógrafo Denilson Oliveira sinaliza que o espaço é gestado também de forma racista gerando um ordenamento espacial pautado na seletividade, isso quer dizer que mesmo que todos nós paguemos impostos, não teremos os mesmos investimentos, uns espaços terão muito mais do que outros. Os espaços habitados por comunidades tradicionais negras ou de população majoritariamente negra estão sujeitos a serem acometidas pelo racismo ambiental. São localidades fruto da segregação espacial, historicamente negligenciadas e excluídas dos processos de participação política, vulnerabilizadas pelo sistema, pela não implantação de série de medidas que promovem a saúde, o lazer, o bem estar, o acesso à Educação de qualidade, segurança, interferindo diretamente nas condições de estar e de permanecer no espaço.

A pobreza tem cor e procedência. A procedência é a escravidão racial, a cor é a preta. O racismo é uma engenharia que produz a concentração de riqueza e renda na mão de poucos, tendo, portanto, ingerência sobre as trajetórias individuais e coletivas que são também trajetórias espaciais, o que o geógrafo Renato Emerson dos Santos denota como inscrições socioespaciais individuais ou coletivas, como sendo experiências espaciais das relações sociais, econômicas e de poder. Levando em consideração o gênero, veremos que a mulher negra está na base da pirâmide social, recebe os menores salários, são chefes de família e experimentam intensamente o cotidiano de terror e violência quando perdem seus filhos, irmãos, seus companheiros e familiares homens para o Estado genocida. Sem justiça social [o racismo estruturou um padrão de normalidade](#) que naturaliza relações raciais instituídas na produção social do espaço.

Então o racismo é o elemento mais visível, tanto no cotidiano, como no espaço, porque não é bem como dizem por aí. Ele não é algo escondido ou dissimulado, ele grafa o espaço, é visível em sua materialidade. O racismo ao classificar, hierarquizar e diferenciar gera formas complexas de apropriação e uso do espaço, bem como esses processos recaem cotidianamente sobre os corpos. O corpo *é no* espaço, o que está para muito além de meramente admitir que o corpo é espaço ou que o corpo está situado no espaço. E a colonialidade do poder, do ser e do saber produz corpos localizados na zona do ser e do não-ser.



Partindo da constatação de que o racismo se constituiu em um dos pilares estruturantes da sociedade brasileira, torna-se mais fácil perceber a geografia dos lugares marcados por estas distinções. O racismo deve ser concebido enquanto marca das relações sociais cotidianas, basta para isso perceber que as posições de prestígio social no Brasil são raramente ocupadas por não brancos. Isso nos remete ao simples fato de que as posições de comando e de decisão nos diferentes poderes da república estão ocupados por aqueles que representam e referendam a branquitude. O *locus* de enunciação do conhecimento é ditado pela branquitude com narrativa fálica, burguesa e heteronormativa que ratificam a ideia de universalidade que beneficia apenas a branquitude, validam a política da memória, da vitória do domínio colonial sobre os povos e a apropriação do território. É perceptível social e espacialmente que brancos estão localizados na zona do ser.

Na História que tem implicações na grafia do espaço, [a zona do não-ser é categorizada como “uma região extraordinariamente estéril e árida”](#), habitada pelos corpos negros. Socialmente inferiorizados e desumanizados pelo sistema racista branco e injustiçados espacialmente, no mundo colonial e que se perpetua na contemporaneidade, corpos negros não estão autorizados a participar do mundo branco. Quando participam sofrem retaliações e cerceamento. Isso indica que há padrões de uso racializado do espaço, tal como sugeriu o antropólogo Livio Sansone ao pensar as relações raciais, no cotidiano, em fatias, ou seja, a relação do negro na sociedade em “áreas duras” e “áreas moles” relacionando áreas e momentos, espaço e tempo, ou seja, o espaço e o tempo.

As “áreas moles” são contextos sociais em que é válido, benéfico e vantajoso ser negro. São todos aqueles espaços onde se realizam atividades da cultura negra em que a cordialidade é compartilhada por todos, espaços onde o negro pode e deve brilhar, [tal como nos bailes de charme na zona norte do Rio de Janeiro](#), espaço em que o contexto de interação e da manutenção da cultura negra, onde em que outros contextos deixam de ser margem/periféricos e passam a ser centrais, até no contexto amoroso-sexual é positivo, em uma quadra ou roda de samba ou na capoeira os “contextos de interação” é marcado pela horizontalidade, ou seja, pela integração e igualdade entre negros e brancos.

Contudo há outros contextos marcados pela verticalidade e hierarquias que o



autor define como “áreas duras” onde a dimensão racial é importante. Por recair de forma negativa em ser negro, a cor é o que orienta as relações de poder, tal como ao acesso ao mercado de trabalho ou estar em postos mais bem remunerados, na redução da mobilidade espacial, no contato com a polícia. Imagine ser homem negro jovem a noite e esbarrar com a polícia? É dura na certa! Isso ocorre porque o aparelho repressor do Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade em que as identidades ditas abjetas são a alma das [necrobiopolíticas do Estado](#), que marcam o exercício do [terrorismo de Estado](#) dos processos biopolíticos de quem vive, e necropolíticos de quem morre. Corpos são condenados a experiências espaciais sujeitos ao silenciamento e à morte desde nossa formação territorial e social.

O filósofo e psiquiatra martiniquenho Frantz Fanon nos diz que a [colonialidade incide primeiramente atacando aos corpos](#), pois ao destruir corpos destrói também as formas de ser e estar no mundo. Destrói saberes advindos das diferentes formas das experiências sociais que persistem em continuar. Aí se revela a distopia preta cotidiana. Isso é o que [o escritor afrofuturista Fábio Kabral](#) fala desse contexto dentro da literatura de ficção, para a população preta em geral a distopia não é ficção tal como vemos nos filmes sobre o fim do mundo, essa patologia criada pelo estado de terror organizado contra o povo preto, de estar em espaços que causam terror ou o constante de medo, produz um grande sofrimento psíquico por viverem em condições de extrema opressão, desespero ou privação, impactando na saúde mental dos pretos e pretas.

E o que Fanon nos diz é estatisticamente comprovável, quando nos deparamos com os dados compilados desde 2013 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020](#), em que demonstram que a polícia brasileira nunca assassinou tantas pessoas, e a maioria delas, cerca de 80% eram pessoas negras. A pesquisa aponta ainda que dentre o número de policiais mortos nos confrontos a maioria é de policiais negros. Os dados nos levam a concluir que há no Brasil uma banalização do extermínio do corpo negro.

E o que tem a ver o território e o racismo?! Para responder tal pergunta é preciso saber por que estudamos e ensinamos Geografia. O Professor Renato Emerson [no livro](#) *Diversidade, Espaço e Relações Étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil*, apresenta três razões: a primeira é se posicionar no mundo; a segunda é conhecer sua



posição no mundo; e a terceira é tomar decisão neste mundo. Ou seja, para se posicionar no mundo é preciso conhecer o mundo, obter informações sobre ele. É conhecer o espaço para saber agir e dominar. É o triunfo do espaço. Conhecendo o mundo ele conhecerá a sua posição mediante a compreensão de como os seres humanos se relacionam entre si e com a natureza e se organizam/produzem o espaço. Para tomar a posição neste mundo significa se colocar politicamente no seu processo de construção e reconstrução, para saber agir, e se apresentar enquanto um ativo participante desse processo de construção e reconfiguração.

Quando nos apresentamos ao mundo para participar dele, fazemos isso através do corpo, a partir de um [conhecimento corporalizado](#). Sobre o corpo, a geógrafa Joseli Silva no livro [Geografias Subversivas](#), nos diz que carregam consigo marcas de suas espacialidades, desde vestimentas a formas de se comunicar, andar e olhar. São corpos significantes, lidos e interpretados. Desta forma, as práticas discursivas elaboradas culturalmente são desempenhadas pelos corpos, que representam diferenças de gênero, classe, sexualidade, faixas etárias, em negociações espaciais de poder. O espaço então é o mundo da experiência levada a efeito pelo corpo. Os corpos são vistos e percebidos através da presença dos sujeitos em relação, assim o ser-no-mundo-com-os-outros possibilita o choque entre as diferenças, com a alteridade, assegurando uma identidade no contraste com o outro. Este processo de elaboração da percepção para o sujeito, em relação ao outro, é a construção espacial via intersubjetividade.

Assim a Geografia partindo da perspectiva crítica à colonialidade, sendo subversiva a subjugação colonial branca sobre a concepção do corpo negro, narra uma história de exclusão, ao mesmo tempo que enuncia caminhos de reconhecimento de humanidades, reconhece [a corporeidade negra como locus de afrografias](#), de espaço de produção e inscrição de conhecimento de várias ordens e de natureza.

Os corpos dos africanos em diáspora, de acordo com a epistemologia da ancestralidade, os princípios e valores caros que organizam a dinâmica civilizatória africana, são constituídos por espírito, pela trajetória existencial traçado por Deus, força espiritual, corpo, eles trouxeram consigo um “mapa mental” de ser africano que serviu de filtro cultural para resistir à escravidão e o colonialismo (NOBLES, 2009, p.284). Então é possível afirmar que com a desterritorialização no processo da escravidão racial



que gerou o descarrilhamento cultural¹ do povo africano, estes corpos dispersos pelo mundo, munidos desta experiência e mapas mentais, traziam consigo os seus territórios de pertencimento, ou melhor, mesmo dispersos territorialmente o significado de ser africano estava territorializado em seus corpos.

Só ocorreu a reterritorialização das culturas africanas na [América](#) por estes corpos estarem territorializados com a sua própria essência, no caso brasileiro temos os territórios fixos organizados pela tradição africana: [Ao fazer uma leitura histórica do território brasileiro](#) é perceptível a existência de Quilombos que grafaram historicamente o território sendo comunidades africanas livres com estrutura comunitária e democrática com valores africanos ainda presentes no Brasil de hoje e que lutam pelo reconhecimento pelo Estado visando a demarcação de terras e titulação dos seus territórios; as comunidades religiosas de Matrizes Africanas que salvaguardam parte das línguas, a oralidade, a identidade cultural, os mitos, os saberes, as crenças, os ritos, as cosmovisões, os valores e as práticas e a ontologia negro-africanas. O jornalista e ensaísta [Muniz Sodré](#) define o terreiro de Candomblé “como a forma social negro-brasileira por excelência, porque além da diversidade existencial e cultural que engendra é um lugar originário de força ou potencial social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais.” (SODRÉ, 2002, p.20) E conforme a historiografia da formação do candomblé no Brasil os corpos que o formou eram femininos. As mulheres de axé que trazem valores ancestrais de uma tradição milenar que resistem mesmo diante da distopia que sofreram uma visão de mundo, de uma cultura não hegemônica que sobrevive no interior da cultura que se organiza em torno do sistema do capital. Apresentar essa vivência ancestral negro-africana nos corpos femininos é sair dessa história linear e evolutiva que o ocidente apregoa, e afirmar através da cosmovisão de mundo negro-africana que [a experiência humana é corporificada e simultaneamente espacial](#), visto que as diferenças corpóreas modificam a natureza das relações entre sujeito e espaço.

Essas são resistências culturais desde o século XVI, por exemplo, que são grafias espaciais da luta africana contra a imposição de modos de vida estranhos a eles, da

¹ O sair dos trilhos prejudicou a trajetória do desenvolvimento africano. “O caminho do desenvolvimento africano em termos de socialização, vida familiar, educação, forma de conhecer Deus, padrões de governo, pensamento filosófico profundo, invenções científicas e técnicas foi descarrilhado pela invasão e dominação estrangeira. O efeito ainda está por ser compreendido ou registrado de forma plena e precisa” (NOBLES, 2009, p.284)



demarcação da diferença. O território nestes casos foram/são essenciais para a formação da identidade coletiva, sendo a relação com a natureza um princípio básico de organização existencial, o espaço de uma certa forma de poder social incluindo em suas representações espaciais.

E os territórios fluidos: o território vinculado ao movimento dos corpos utilizados como estratégias espaciais, como momento da diferenciação de tempo e espaço, tal como

a dança gera espaço próprio, abolindo provisoriamente as diferenças com o tempo, porque não é algo especializado, mas espacializante, ou seja, ávido e aberto à apropriação do mundo, ampliador da presença humana, desestruturador do espaço/tempo necessariamente instituído pelo grupo como contenção do livre movimento das forças. (SODRÉ, 2002, p.134).

O corpo negro-africano diaspórico traz território e o refaz, por isso o reforço da categoria corpo-território. Também é importantíssimo rememorar a relevância da capoeira, a habilidade marcial específica dos africanos e seus descendentes que no século XIX que eram os únicos que enfrentavam os agentes da ordem, sendo os mais temíveis lutadores de rua. A capoeira que através da luta/dança dos corpos em movimento espacializam o jogo de corpo. Em todas as manifestações culturais negro-africanas a musicalidade faz parte dessa fluidez corporal, que potencializa a ritualística do corpo. Cabe registrar que boa parte do que hoje é visto como nacional foi criado por pretos e pretas, ou seja, retirou-se a raiz preta, da capoeira, das artes, da literatura, que eram comprometidas com a libertação do povo preto. Foi tornado como Nacional através da desidentificação. O samba que nasceu na Bahia, território conhecido por ter um grande contingente populacional preto, é e nunca de deixará de ser preto na poesia. A cadência, o corpo em movimento, se apropriam fluidamente deste mundo a partir de uma reelaboração simbólica do espaço.

Considerações finais

Não se pode tratar a questão racial de forma tangenciada como se fosse um mero recorte de estudo, porque somos uma sociedade forjada a partir do racismo. Desde o fim da abolição, leis foram criadas para impossibilitar o acesso da população negra à educação ao acesso, à terra, aos bens que eles produzem, o que gerou a existência de



uma massa marginalizada, propositadamente excluída espacialmente da vida da sociedade. Pretos e pardos são vistos pela classe dominante como cidadãos de segunda categoria, alocados na zona do não-ser. A eles lhes é negado o direito a ter direitos. O lugar dos pretos/pardos é o do não assegurado. O Estado brasileiro fez tudo para que estes não estivessem mais aqui.

A República para essa população não garante a efetiva igualdade perante o Estado, pois é ele mesmo quem incentivou e financiou a entrada de estrangeiros europeus com toda acolhida, dando terras, ou seja, garantindo privilégios a eles e a não cidadania para os recém libertos pretos. É o mesmo Estado que mata os descendentes de africanos escravizados com suas necropolíticas. A persistência do racismo estrutural reproduz as desigualdades étnico-raciais como um projeto de Nação em que foi simplesmente tornando “natural” a ausência de pretos e pardos em espaços decisórios e de poder. Então que Democracia racial é essa em que vivemos? Não vivemos. Vivemos em uma sociedade racista, mas dizem que sem racistas. Tal prática, ao favorecer a esta conjuntura de não problematizar a prática racista e as consequências do racismo, respalda o genocídio da população preta neste país tanto pela morte física, quanto pela morte em vida. Morre sim em vida quando vive-se numa distopia. Mas mesmo assim ao analisarmos através da escala corpo, podemos perceber que apesar dos pesares, apesar de tantos projetos de embranquecimento, a população preta é o maior contingente populacional do país e é preciso que construamos um outro projeto de Nação em que se problematize a ausência de pretos e pardos em uns espaços e a presença maciça em outros, no encarceramento.

Então pensar em Geografias Negras é trazer essa pedagogia da ancestralidade. É trazer a centralidade e o agenciamento dos corpos negros no espaço através da potência de reterritorializar-se num mundo inóspito. É reposicionar o negro no mundo da Educação pela aplicação efetiva da [Lei 10.639/03](#). É a possibilidade de resgatar culturalmente a população preta e fornecer uma análise válida dos fenômenos africanos necessários para sair do encarceramento mental, que a cultura europeia impôs aos africanos e seus descendentes. Só assim caminharemos para libertação dos processos coloniais de alienação mental, opressão racial e epistemicida. Recuperaremos nossas identidades e possibilitaremos a plenitude de ser quem se é. Também é enfatizar a potência do poder cultural e religioso, político e social do legado africano. É trazer uma outra narrativa do legado africano através do protagonismo nos movimentos



coletivos em prol da defesa e manutenção dos seus espaços religiosos e pelo respeito da cultura religiosa. Abrir-se para a pluriversalidade, pensar o comunitarismo negro-africano é a emergência do momento para reescrevermos a real grafia do Brasil para oferecer a possibilidade de se questionar e desconstruir a suposta assimetria entre as culturas, visto que foram introjetados nas pessoas essa cultura hegemônica de cunho racista, eurocêntrica, fálica, burguesa e cristã.

Para saber mais:

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios Quilombolas: Geografias, Cartografias & conflitos institucionais. In: **Revista Eixo**. Brasília-DF, v.6, n. 2 (especial) novembro 2017.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? In: **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018:e185305

BERNARDINO-COSTA, J. A. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas**, Porto Alegre, v.16, n.3, p.504-521, jul-set. 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador. EDUFBA, 2008.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político –cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. n°92/93 (jan/jun). 1988.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. 2ª Edição ampliada. Belo Horizonte: Nandyala, 2010 (Coleção Repensando África, Volume 3)

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**, 3ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2009.

NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira,;4, 2009.

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira,;4, 2009.

NUNES, Camila Xavier. Geografia do corpo: por uma Geografia da Diferença. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS, 2014.



OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Questões acerca do genocídio Negro no Brasil. In: Revista ABPN, v.12, n. Ed. Especial- **Cadernos Temáticos: “Geografias Negras”**, abril de 2020, p. 312-335.

OSLENDER, Ulrich. Terror y geografía: examinar múltiples espacialidades en un mundo “aterrorizado”. **Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**, v. 5, n. 9, p. 68-85, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais- Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; 2002

SANSOSE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. In: **Afro-Ásia**, n.18, 1996 Salvador p.165-188.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. “Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica” In: PIRES, Claudia Luisa Zeferino; HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da (org.) **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre, RS. Compasso Lugar-Cultura, 2016.

SILVA, Rachel Cabral da. Desejo de Cidade e Sociabilidade Negra. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v.4, n.1, p.162-174, jan/jul 2013.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; 2002

TAVARES, Julio Cesar de. (Org). **Gramática das corporeidades afrodiaspóricas: perspectivas etnográficas**. 1a ed. Curitiba: Appris, 2020



Os Autores



Rachel Cabral da Silva é Ìyàwó de Oxóssi, pertence à Comunidade Religiosa de Matriz Africana Ilê Asê Iji Toju Efun, é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atuou em Coletivos de Estudantes Negros pela manutenção das Cotas Raciais e pela permanência dos alunos e alunas cotistas na Universidade Pública e fez parte de movimentos sociais em prol da liberdade religiosa. Pesquisa sobre Geografia da Religião através das práticas espaciais do racismo religioso no espaço urbano do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Grupo de Trabalho de Relações Raciais e Interseccionalidades da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB- Seção Niterói).



Nilton Abranches Junior é professor associado do Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo pós doutorado em Geografia Humana (UERJ) e em Direitos Humanos (UFPB). É professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UERJ e líder do Grupo de Pesquisa GEOCorpo. Tem atuado em pesquisas relacionadas a corpos dissidentes, cuja espacialidade não é reconhecida, sob a ótica de uma prática insurgente.